

Nesta Edição

- AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA – CNI lança agenda Legislativa 2011.
- Senado dá início ao Ciclo de Debates sobre o Código Florestal;

CNI lança Agenda Legislativa da Indústria 2011

A Confederação Nacional da Indústria, CNI, pelo 16º ano consecutivo, em evento realizado em sua sede em Brasília, apresentou aos Congressistas e ao setor industrial a sua AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA.

Prestigiaram o ato o Presidente do Senado José Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia e mais de uma centena de parlamentares de ambas as Casas e autoridades governamentais. Presentes, também, Presidentes das Federações de Indústria, presidentes e representantes de Associações Nacionais de Indústria, e grande número de expoentes do setor industrial e convidados.

Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI, enfatizou em seu pronunciamento a necessidade de votação urgente de projetos que ampliem a competitividade da economia brasileira: “O Congresso Nacional é o grande palco de debates sobre políticas públicas que impactam a atividade produtiva. A nossa mensagem se resume a uma expressão: sentido de urgência. Ameaças reais pontuam no horizonte e o Brasil não pode desperdiçar, mais uma vez, a oportunidade de um horizonte de desenvolvimento de longo prazo”.

“A Agenda Legislativa aponta projetos em que nossa intenção é a de interromper a sua tramitação e identifica projetos em tramitação em que temos de imprimir velocidade na sua aprovação”, explicou o presidente da CNI.

No primeiro caso está, por exemplo, o projeto de lei complementar 306/2008, que recria a CPMF na forma de Contribuição Social da Saúde (CSS). A entidade é contra a criação de novos impostos e vê na CSS um grave retrocesso. No pólo oposto encontra-se o projeto de lei 87/2010, que regulamenta o trabalho terceirizado. A CNI acha que a iniciativa dá agilidade às empresas numa economia globalizada de feroz concorrência.

Robson Braga de Andrade sublinhou haver sinais de alerta nos recorrentes problemas de competitividade da economia. “O Brasil é hoje uma economia de alto custo. Os custos salariais já não estão baixos, as taxas de juros são das mais elevadas do mundo, os custos de logística são superiores aos dos nossos competidores e o custo de energia também deixou de ser competitivo. Tudo isso numa situação de moeda estruturalmente valorizada”.

panel

■ Código Florestal – Câmara de negociação

A "câmara de negociação" que debate o Código Florestal realizou sua segunda reunião hoje à tarde.

O prazo para o encaminhamento de sugestões e notas técnicas pelas entidades interessadas, que se encerrava hoje, foi estendido para a quinta-feira.

Os deputados Paulo Piau (PMDB/MG) e Ivan Valente (PSOL/SP) serão os responsáveis pela sistematização das sugestões das entidades, que hoje somavam 25.

A idéia é que os membros da câmara encaminhem ao relator, dep. Aldo Rebelo, texto de consenso em relação aos pontos mais polêmicos da reforma do Código Florestal.

Resumiu estudo recente da CNI que revela estar o Brasil atrás de 13 países competidores em vários fatores de competitividade, como disponibilidade e custo de mão de obra, infraestrutura, logística.

“O Brasil pode crescer mais e melhor. Mas não há mágica para isso. Exigirá trabalho árduo das instituições e de todos nós. O primeiro dever é não criar obstáculos. Bastam os que já temos. O segundo é adequar as nossas legislações, adaptando-as aos desafios econômicos, sociais, demográficos e tecnológicos. A Agenda Legislativa visa tratar esses dois desafios”, assinalou o presidente da CNI.

Presidentes da Câmara e Senado defendem maior articulação de indústria e Congresso: Os presidentes da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), defenderam ser importante a articulação entre a indústria e o Congresso Nacional na votação de projetos que contribuam para o crescimento do país.

Marco Maia garantiu que se empenhará no debate e aprovação das matérias mais relevantes para a economia brasileira. “Vamos sair do óbvio. Quero me comprometer com os empresários de que vamos trabalhar nos próximos dois anos em torno da Agenda da Indústria. Há muitos temas listados de interesse não só da indústria, mas da sociedade, dos trabalhadores e de todos aqueles que acreditam no futuro do Brasil”, enfatizou o presidente da Câmara dos Deputados.

José Sarney destacou ser fundamental investir na educação e na infraestrutura para o país crescer mais. De acordo com Presidente do Senado, a precariedade da infraestrutura “é hoje o maior óbice para o crescimento econômico”, por impedir o escoamento da produção com a rapidez necessária.

Menos tributos – Um dos inúmeros parlamentares participantes do lançamento da Agenda Legislativa da Indústria, o senador Aécio Neves (PSDB – MG) defendeu a redução da carga tributária para aumentar a competitividade das empresas brasileiras. “Todas as medidas que vierem na direção do aumento da competitividade e da diminuição de custo para o empreendedor poderão contar com o nosso apoio no Senado. A agenda da indústria também é a do trabalhador, porque quanto maior a competitividade, mais oportunidades de emprego irão surgir”, ressaltou Aécio Neves.

Uma reforma tributária parcial foi apontada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) como um dos temas mais importantes da Agenda Legislativa da Indústria. Enfatizou ser preciso, contudo, a união dos políticos da situação e da oposição, bem como o empenho do Executivo, para que seja aprovada.

■ Subcomissão de Defesa do Emprego e da Previdência Social

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado instalou, hoje, os trabalhos da subcomissão permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social (CASEMP) para o biênio 2011/2012. Na mesma reunião elegeu o presidente e vice-presidente, respectivamente Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata.

Membros titulares Senadores: Paulo Paim (PT/RS), Lídice da Mata (PSB/BA), Casildo Maldaner (PMDB/SC), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Paulo Bauer (PSDB/SC).

Suplentes senadores: Vicentinho Alves (PR/TO), João Pedro (PT/AM), Eduardo Amorim (PSC/SE), Sérgio Petecão (PMN/AC) e Aécio Neves (PSDB/MG).

■ Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste,

criada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal, reuniu-se hoje para a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2011/2012. Foram eleitos, respectivamente, os senadores WELLINGTON DIAS(PT/PI) e EDUARDO AMORIM(PSC/SE). A Subcomissão ainda é composta pelos seguintes membros:

Membros Titulares Senadores: Vital do Rego(PMDB/PB), Maria do Carmo Alves(DEM/SE) e Lídice da Mata(PSB/BA)

Suplentes Senadores: José Pimentel(PT/CE), Magno Malta(PR/ES), Ciro Nogueira(PP/PI), Wilson Santiago(PMDB/PB) e Cícero Lucena(PSDB/ PB).

Senado dá início ao Ciclo de Debates sobre o Código Florestal

Em reunião conjunta realizada hoje pela manhã, as comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA) do Senado realizaram a primeira audiência pública do “Ciclo de Debates” do Código Florestal, que contou com a presença do dep. Aldo Rebelo, relator da matéria na Câmara. A próxima audiência será realizada no dia 5 de abril, com a presença de representantes da SBPC, Embrapa, Academia Brasileira de Ciências e do ex-ministro da agricultura, Alysson Paulinelli.

Aldo Rebelo (PCdoB/SP) ressaltou que ouviu em várias audiências públicas e reuniões ONGs nacionais e internacionais; a Embrapa; a ESALQ/USP; MMA; IBAMA; órgãos ambientais estaduais e municipais; e os agricultores, “aqueles que nunca tinham sido ouvidos nesta matéria”, segundo Aldo Rebelo. Para o deputado, os conceitos do Código Florestal são muito antigos, como o de reserva legal (RL), e precisam ser atualizados diante da evolução da ciência e dos meios de produção. Lembrou que não há em outros países do mundo legislação que proteja a reserva legal. “É uma desfaçatez, uma indignidade inaceitável, que executivos de ONGs e empresas estrangeiras cheguem em nosso país e exijam o cumprimento de algo que não existe em seus países”.

De acordo com Aldo, a proposta de redução de áreas de preservação permanente (APPs de 30 metros para 15 metros, em rios de largura de 5 metros, foi uma demanda das federações de trabalhadores na agricultura e de pequenos e grandes produtores rurais. Salientou que uma resolução do CONAMA mudou o conceito de várzea, “levando para a ilegalidade 75% do arroz produzido no Brasil e todo o boi existente no Pantanal Mato Grossense há mais de 100 anos. Toda a banana do Vale do Ribeira, em São Paulo, está na ilegalidade há oito anos, porque é produzida em topo do morro, que é considerada área de preservação permanente”.

O deputado ressaltou que seu relatório conserva os conceitos vigentes na legislação, como o de reserva legal e protege rios de 15 a 500 metros. Além disso, garante a aplicação da legislação da época, evitando penalização de agricultores que desmataram antes das mudanças legislativas relativas a APP e RL. Ao final, Aldo Rebelo manifestou sua preocupação com os pequenos proprietários rurais, que em alguns estados como o Acre estão sofrendo muitas elevadíssimas por descumprimento da legislação ambiental e acabarão impedidos de produzir e sustentar suas famílias.

Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), presidente da CMA, firmou que objetivo do ciclo de debates é antecipar as discussões sobre o Código Florestal em razão da relevância e complexidade do tema, visando construir um melhor entendimento sobre o assunto.

Entretanto, Rollemberg informou que tem algumas divergências em relação ao relatório, entre elas a questão das APPs ripárias que protegem rios. Disse que a ampliação das APPs de 5 metros para 30 metros, na década de 1980, deu-se em razão das enchentes ocorridas no Vale do Itajaí em Santa Catarina. Afirmou que esteve reunido na Embrapa e que uma das conclusões foi a necessidade de levar em consideração os serviços ambientais que a APP fornece (biodiversidade; provisionamento de água; polinização; etc.), bem como os aspectos geomorfológicos. Afirmou que “as áreas de preservação permanente cumprem um papel fundamental para a produção de diversas culturas, e, por isso, a precaução recomendaria manter o limite mínimo de APP em 30m, mantendo a regra atual e excepcionando casos ou mecanismos em que se autorizaria uma redução para 15m”. Citou estudo da Agência Nacional de Águas que indica em R\$ 20 bilhões os recursos necessários para manter e melhorar a qualidade dos recursos hídricos no Brasil.

Acir Gurgacz (PDT/RO), presidente da CRA, ressaltou que é preciso construir um amplo entendimento visando evitar que o Senado promova alterações na proposta que virá da Câmara e possa encaminhá-la com rapidez à sanção presidencial. Defendeu que “a lei não deve retroagir para prejudicar o produtor rural, pois ele não pode ser penalizado se em determinada época estava autorizado a desmatar para produzir”. O presidente da CRA questionou se a manutenção de 80% da propriedade como área de reserva legal na Amazônia não significaria o “engessamento do país”.

A senadora **Kátia Abreu (DEM/TO)**, lembrou que nos EUA as unidades de conservação são de responsabilidade do estado e não há obrigação de cumprir com área de reserva legal. De acordo com a senadora, “o agricultor brasileiro está fazendo o papel do governo quando se vê obrigado a cumprir com a reserva legal, que leva o país a importar arroz das Filipinas ou da China, feijão do México e outros tantos produtos de países que não tem obrigações ambientais como as nossas”. Salientou que a sua posição e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) é de que o relatório do dep. Aldo Rebelo ainda não está suficiente para atender as demandas do setor de agronegócio. A CNA discorda que a reserva legal tenha que ser recomposta e que é preciso fazer um corte para essa obrigação, seja considerando o ano de 2001 ou 2005. Disse que o setor em 1980 tinha 191 milhões de hectares disponíveis para a produção agrícola e hoje tem 230 milhões. Porém, nesse período, a população brasileira e mundial aumentou muito. Portanto, é preciso manter as áreas já abertas para a produção, isentando-as da obrigatoriedade de recomposição da reserva legal.

O senador **Luis Henrique (PMDB/SC)** salientou que a Constituição Federal dá competência concorrente para a União, Estados e municípios legislar sobre meio ambiente, cabendo à União estabelecer apenas normas gerais. Assim, “os estados podem legislar nessa matéria para atender suas peculiaridades regionais, como fez o estado de Santa Catarina por meio do Código Ambiental Estadual”, disse Luis Henrique. O senador manifestou sua discordância com o limite de APP fixado no relatório do dep. Aldo Rebelo de 15 metros, pois a lei federal não pode fixar os parâmetros e limites de forma rígida retirando dos estados sua competência para tratar da matéria.

Os senadores **Waldemir Moka (PMDB/MS)**, **Ivo Cassol (PP/RO)** e **Blairo Maggi (PR/MT)**, manifestaram seu apoio ao relatório do dep. Aldo Rebelo. Maggi ressaltou que é preciso garantir a manutenção das áreas abertas que estejam em produção, pois considera uma injustiça obrigar o produtor rural a cumprir com uma legislação que foi alterada com o passar dos anos lhe impondo novas obrigações.

A senadora **Ana Amélia (PP/RS)** afirmou que a mídia não tem para o agronegócio, que sustenta grande parte da balança comercial brasileira, o mesmo olhar que adota para as questões urbanas e econômicas. Questionou o dep. Aldo Rebelo se o relatório poderá ser votado antes do dia 30 de junho, prazo em que termina a suspensão de regras do Decreto 6.514/2008, que impõe multas e outras penas aos proprietários que não cumpriram com regras referentes a RL e APPs.

O senador **Pedro Taques (PDT/MT)** questionou qual foi a participação da ciência/academia na formulação do relatório do dep. Aldo Rebelo e afirmou que o Senado não terá condições de votar a matéria antes do prazo do Decreto 6.514/2008.

O senador **Eduardo Braga (PMDB/AM)** defendeu que a reforma do Código Florestal deve avançar ao mesmo tempo que as propostas em debate na Câmara que tratam do pagamento por serviços ambientais e da redução das emissões por desmatamento e degradação e por conservação (REDD+).

A senadora **Ana Rita (PT/ES)** questionou a exclusão dos topos de morro como áreas de preservação permanente, diante da biodiversidade que essas áreas possuem e dos compromissos assumidos pelo Brasil em convenções internacionais, como a Convenção de Diversidade Biológica (CDB).

A senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)** afirmou que é preciso dar incentivos e meios alternativos aos produtores rurais para que produzam de forma sustentável e disse que discorda da proposta contida no relatório do dep. Aldo Rebelo de isentar as propriedades de até quatro módulos rurais de manter área de reserva legal.

Em resposta aos questionamentos, **Aldo** informou que o ideal seria deixar para o licenciamento ambiental de atividades produtivas definir os limites de APPs, dada a diversidade de situações e aspectos físico-químicos, biológicos e geomorfológicos que devem ser considerados para sua definição. Disse que a própria ciência admite que são muitas as variáveis para se definir os limites de APPs, e que tanto na criação do Código Florestal em 1965 como agora não há base científica para esses limites. Um pacto possível para avançar com a matéria, segundo Aldo, é “consolidar o que já está em uso e preservar com rigor o que ainda está intocado”.